

Projeto de Lei do Senado nº 573, de 2009

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS)**Iniciativa:****Ementa:**

Acrescenta § 3º ao art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para autorizar a prorrogação do pagamento de pensão por morte recebida por dependente de servidor público até os 24 anos de idade, se estiver cursando o ensino superior ou o ensino médio profissionalizante.

Assunto: Administração Pública - Agentes Públicos**Data de Leitura:** 16/12/2009**Tramitação encerrada****Decisão:** Arquivada ao final da Legislatura (art.**Último local:** -**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 26/12/2014 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Despacho:****16/12/2009 (despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CAS) Comissão de Assuntos Sociais

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CAS - (Comissão de Assuntos Sociais)****Relator(es):**

Senador Efraim Morais (encerrado em 07/04/2010 - Deliberação da matéria)

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**Relator(es):**

Senador Marconi Perillo (encerrado em 22/12/2010 - Fim de Legislatura)

TRAMITAÇÃO**14/04/2015** SF-SARQ - Secretaria de Arquivo**Ação:** Processo recebido e Arquivado.**26/12/2014** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Situação:** ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Ação:** Matéria arquivada ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.*Publicado no DSF Páginas 88**Publicado no DSF Páginas 43 Suplemento (nº I)***19/12/2014** SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** À SCLSF, em atendimento ao art. 332 do Regimento Interno.**01/08/2014** SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

14/01/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na Comissão nesta data.
Matéria aguardando designação de Relator.

13/01/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.

A matéria volta à CCJ.

22/12/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SCLSF, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 53ª Legislatura).

08/06/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador Marconi Perillo, com voto pela aprovação do projeto.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

28/04/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Marconi Perillo, para emitir relatório.

12/04/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão.

Matéria aguardando distribuição.

07/04/2010 SF-CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, para prosseguimento da tramitação.

07/04/2010 SF-CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reunida a Comissão nesta data, é aprovado o Relatório do Senador Efraim Morais, que passa a constituir o Parecer da CAS, que conclui pela declaração de prejudicialidade do Projeto.

TRAMITAÇÃO

06/04/2010 SF-CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da 11ª Reunião desta Comissão, dia 07/04/2010.

17/03/2010 SF-CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Efraim Morais, com voto pela prejudicialidade do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

01/03/2010 SF-CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: A Presidente da Comissão, Senadora Rosalba Ciarlini, designa o Senador Efraim Morais Relator da matéria.

17/02/2010 SF-CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Matéria aguardando distribuição.

08/02/2010 SF-CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Prazo para apresentação de emendas:

Primeiro dia: 08/02/2010.

Último dia: 12/02/2010.

17/12/2009 SF-CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Recebido na CAS, nesta data.

Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas, e posterior distribuição.

16/12/2009 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 19:32h - Leitura.

Às Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. (art. 49, I, RISF)

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

À CAS; posteriormente, à CCJ, em decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 72545-72546 (Volume nº II)

16/12/2009 SF-PLG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 05 (cinco) folhas numeradas e rubricadas.

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 573/2009

Data: 16/12/2009**Autor:** Senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS)**Local:** null**Descrição/Ementa:** Acrescenta § 3º ao art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para autorizar a prorrogação do pagamento de pensão por morte recebida por dependente de servidor público até os 24 anos de idade, se estiver cursando o ensino superior ou o ensino médio profissionalizante.

Legislação citada

Data: 16/12/2009**Autor:** -**Local:** null

Avulso inicial da matéria

Data: 16/12/2009**Autor:** -**Local:** SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Ação Legislativa:** 19:32h - Leitura.

Às Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. (art. 49, I, RISF)
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

À CAS; posteriormente, à CCJ, em decisão terminativa.

Relatório Legislativo

Data: 17/03/2010**Autor:** Senador Efraim Morais (DEM/PB)**Local:** Comissão de Assuntos Sociais**Ação Legislativa:** Recebido o Relatório do Senador Efraim Morais, com voto pela prejudicialidade do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Parecer

Data: 07/04/2010**Autor:** -**Local:** Comissão de Assuntos Sociais**Ação Legislativa:** Reunida a Comissão nesta data, é aprovado o Relatório do Senador Efraim Morais, que passa a constituir o Parecer da CAS, que conclui pela declaração de prejudicialidade do Projeto.

Relatório Legislativo

Data: 08/06/2010

Projeto de Lei do Senado nº 573, de 2009

DOCUMENTOS

Autor: Senador Marconi Perillo (PSDB/GO)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido o relatório do Senador Marconi Perillo, com voto pela aprovação do projeto.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.